

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
 MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*
 ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENTAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Hábitos do Passado

Uma das diferenças que acentuam o contraste entre Brasília e o Rio, como capital do país, é o funcionamento do Congresso Nacional. É universal a crítica que identifica com as instituições legislativas a lentidão do seu processo de decidir questões, a despeito da urgência com que se apresentam. No mundo inteiro, os legisladores justificam a demora com a necessidade de ponderar as decisões em todos os seus aspectos e implicações.

No começo, a própria transferência da capital para Brasília serviu de biombo para o esvaziamento do plenário, fenômeno visível a olho leigo e acompanhado depois pela explicação de que as comissões da Câmara e do Senado faziam em silêncio a sua parte, que escapava à atenção do eleitor. Não se alteraram com o tempo, no entanto, os hábitos parlamentares que em Brasília não repetiram o ritmo com que operavam no Rio. A mudança de clima não explica a inércia legislativa. E ninguém gostava de falar na ausência de opinião em Brasília.

O autoritarismo também não explica de maneira convincente a persistência do fenômeno, pois no período crítico — entre agosto de 1961 e março de 64 — o Congresso manteve desempenho político que, sem entrar no mérito do seu comportamento, foi um prolongamento do padrão que marcou o seu funcionamento no Rio. O período dos governos militares rompeu essa relação, mas a fase de transição e mais tarde a reconstitucionalização não foram capazes de restabelecer a dinâmica política. A relação entre a representação política e a sociedade não é um fenômeno que precise de explicações complexas. As razões objetivas são mais do que suficientes para os cidadãos entenderem o que se passou.

A medida que perdeu a dinâmica, pela ociosidade política a que o relegou o autoritarismo, o Congresso aceitou o jogo que o marginalizou: abdicou do impulso para sobreviver, mas não se reativou quando a situação política passou à sua iniciativa. O ponto culminante da expectativa que fez do Congresso o seu centro foi o projeto das diretas-já, por sinal derrotado. Perdeu a grande oportunidade de reafirmação contra quem o havia reduzido a ficção política. A sucessão presidencial indireta não se fez de fora para dentro do Congresso.

No governo anterior e no atual, apesar da diferença em termos de legitimidade, o Congresso foi o mesmo: não se reencontrou na Constituinte, nem depois. Todas as representações tiveram a mesma indolência política adquirida sob o autoritarismo. Até o inverossímil voto de liderança continua a ser utilizado a título de reparação pelo descaso parlamentar em exercer o voto no plenário da Câmara e do Senado. Por mais que a representação política tenha reconhecido a necessidade de extinguir o símbolo da omissão no exercício do mandato, cada vez que os líderes decidem pelos liderados que não comparecem, mais a representação aparece com as vestes rotas perante os eleitores.

Enquanto faltava legitimidade aos governos oriundos da eleição indireta, podia-se ser condescendente com o comportamento parlamentar que parecia descaso pelo autoritarismo. Depois da Constituinte, porém, é intolerável sentir a força dos maus hábitos que comprometem um corpo legislativo que ficou ocioso tantos anos, recebendo pontualmente a parte fixa e a variável (relativa a sessões que não se realizavam) dos subsídios parlamentares. O Congresso fingiu o funcionamento que permitiu à ditadura alegar essa ressalva para não ser fechado.

A opinião democrática brasileira entendeu a concessão do Congresso por uma razão tática que

nunca se comprovou. Mas não era tática: o interesse pessoal falou mais alto. Quando podia mostrar altitude e independência, o Congresso caiu vítima da intimidação atrás da qual se acomodou: não teve coragem de aprovar as diretas-já, e ficou a reboque de soluções políticas processadas do lado de fora. A Constituinte não trouxe a redenção política. A força dos hábitos adquiridos continua a comandar a Câmara e o Senado, com a mesma inércia comprometedora.

Torna-se apreensiva a situação depois que a cidadania perde a sintonia com o Congresso. E pior ainda quando deputados e senadores não se dão conta da natureza do desencontro político. A atual representação repete a anterior, pois todas se consideram vítima de injustiça de julgamento e sem oportunidade de defesa. Os eleitos em 1990, quanto à fornada constituinte de 86, ou à de 82, se equivalem no inútil papel de vítima indefesa.

A questão não estaria em evidência, se não fosse este um ano eleitoral que era do conhecimento público. Depois de três meses no seu segundo ano de vida, o Congresso ainda não conseguiu dizer a que veio: não foi capaz de aprovar ou rejeitar, assumindo a responsabilidade política dos seus atos, as medidas das quais depende o primeiro governo eleito pelo voto direto dos cidadãos depois de 30 anos.

Não se trata apenas de lentidão. Há no comportamento do Congresso e dos partidos uma carga política suicida que gera precipitação pelas consequências institucionais. Os projetos prioritários com os quais o presidente da República conta para o seu terceiro ano de mandato são decisivos e pressupõem debates que os deputados evitam pelo medo do esclarecimento: não poderão deixar de aprovar os, se a sociedade conseguir entendê-los em todo o seu alcance. Como se sabe, os deputados e senadores não pensam um palmo além da próxima eleição, este ano. Não estão dispostos a aprovar nada que tire o atraso da nossa frente, porque é com isso que se reelegem e é disso que vivem.

Para se tornar um país econômica, política e socialmente moderno, o Brasil terá que se livrar do passado que é a matriz do atraso. A representação política reconhece, em tese, a necessidade de remover o entulho de atraso, mas como vive da reciclagem desse lixo, adia para a oportunidade seguinte, porque precisa cuidar antes da eleição. O déficit da democracia brasileira vai se acumulando: é outra dívida para rolar, com o peso dos interesses que se assanham a cada modificação ministerial. Neste momento, o Congresso estende a sua rede capilar sobre milhares de cargos do segundo escalão que o interesse eleitoral quer patrocinar com finalidade eleitoral óbvia.

O responsável pela coordenação política, ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, entendendo a profunda relação entre as medidas submetidas ao Congresso e o destino político do país, já deixou expresso que condiciona a sua permanência na função à obtenção, até junho, dos votos necessários à aprovação dos projetos prioritários — ajuste fiscal, Código de Propriedade Industrial e revisão do monopólio estatal do petróleo —, sem os quais o governo Collor não passará de uma reprise do passado. Mesmo porque, depois de junho, a campanha eleitoral ocupará todo o espaço político. Para deixar como estava, a eleição indireta era suficiente: não eram necessários 35 milhões de votos em dois turnos.